



## Analizando a autonomia do professor na nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Química

**Leandro Henrique Wesolowski Tavares**

Universidade Estadual Paulista - UNESP

lhtavare@yahoo.com.br

### Resumo

Presenciamos a criação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo em 2008, uma proposta que abrange os Ensinos Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e Médio das escolas estaduais paulistas. Assim, buscamos entender, via leitura e reflexão da proposta, o que o documento propõe no que se refere à ação pedagógica a ser desenvolvida pelos professores. Esse trabalho orientou-se por revisão bibliográfica, leitura e reflexão da Proposta Curricular de Química do Estado de São Paulo. O documentou diminui o papel do professor enquanto estruturador da sua prática pedagógica, uma vez que deverá trabalhar com uma *apostila fechada*, impossibilitando-o de selecionar e organizar os conhecimentos científicos que acredita serem imprescindíveis aos seus alunos.

**Palavras-Chave:** proposta curricular; educação química; autonomia docente

### Introdução

A acelerada industrialização que ocorria no Brasil em 1970, levou a preocupação de criação de mão-de-obra qualificada que atendesse às novas necessidades econômicas do país. Diante disso, houve uma mudança na política educacional com a criação da Lei 5.692/71, visando reestruturar os objetivos educacionais frente a necessidade da rápida profissionalização dos alunos (CAMPOS, 2004).

Embora a Lei 5.692/71 só fosse suplantada em 1996 pela Lei 9.394, percebemos reformas curriculares de alguns Estados, tais como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo na década de 80 (SOUZA, 2006). No caso do Estado de São Paulo, Diniz e Pacca (1997) destacam a preocupação, na área de Ciências, quanto aos índices de evasão e repetência, o baixo rendimento da aprendizagem e o desinteresse dos alunos por essa área, culminando, na década de 80, na construção de novas Propostas Curriculares por meio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP).

Em São Paulo buscou-se, via equipe da CENP, elaborar uma proposta mais flexível, deixando o professor como agente responsável por sua disciplina, uma vez que o entendia como um intelectual apto a organizar sua prática pedagógica (SOUZA, 2006).

Na área de Química houve a construção da Proposta Curricular para o Ensino de Química do 2º grau do Estado de São Paulo (1994). No início desse documento há uma seção denominada: *Aos Professores*, onde Regina Ivamoto (Coordenadora da CENP no período) relata a preocupação das sociedades que querem estar engajadas no mundo moderno, sendo necessário revisar a escola pública e a qualidade de ensino. Regina menciona que a concretização dessa ação acontecerá pela equipe escolar, mediante condições que favoreçam essas ações. O documento ainda completa:

“Na expectativa de poder contribuir para o estabelecimento dessas condições, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas está oferecendo material para subsidiar o professor em suas reflexões e apoiá-lo, na organização do trabalho pedagógico.

Assim procedendo, espera estar fornecendo elementos que **fortaleçam a autonomia didático-pedagógica do docente** e, conseqüentemente da escola, condição

essencial para a pretendida transformação do ensino” (SÃO PAULO, 1994, grifo nosso).

A elaboração das duas primeiras edições desse documento foi realizada com debates, discussões e revisões envolvendo encontros entre 38 professores representantes das Divisões Regionais de Ensino em 1984, dando origem ao documento “Diretrizes para o Ensino de Química – 2º grau”. Em 1985 houveram dois encontros que reuniram 82 professores representantes das Delegacias de Ensino (DEs) para aprofundar as questões desse documento (SÃO PAULO, 1994).

Nesse caminho outros encontros e entrevistas realizadas com professores das Universidades Oficiais do Estado de São Paulo, refletiram na 1ª versão preliminar da Proposta para o Ensino de Química. Essa versão acabou passando pelo crivo de assessores, tais como Nagib N. Chaib e Ana Maria Alfonso Goldfarb, para então surgir a 2ª versão preliminar do documento. Essa versão foi encaminhada as DEs com grande aceitação pelos professores, surgindo a proposta de Química de 1994 (SÃO PAULO, 1994). Nesse sentido, percebemos iniciativas do Estado de São Paulo na reformulação do seu cenário educacional para reverter a situação precária da qualidade de ensino (SOUZA, 2006).

Recentemente a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lançou um projeto para propor um novo currículo para o Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries)<sup>1</sup> e Ensino Médio das escolas estaduais. Essa ação foi alicerçada em experiências práticas acumuladas, revisando documentos, publicações e projetos existentes, bem como consultas a escolas e professores sobre práticas que estão dando certo no cenário educacional paulista.

A partir desses alicerces, foi originada a *Proposta Curricular do Estado de São Paulo* que busca “apoiar o trabalho realizado nas escolas estaduais e contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens de seus alunos.” (SÃO PAULO, 2008a, p. 3). Para tanto, destaca os seguintes objetivos: promover competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais; sugestões e o apoio ao gestor para ser um líder na implantação da proposta curricular; distribuição dos *cadernos do professor*, visando a orientação dos professores quanto a gestão da sala de aula.

Considerando a recente reestruturação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008), a grande amplitude desta ao englobar 200 mil docentes da rede paulista (CAFARDO, 2008), e a escassa produção acadêmica sobre esta inovação,

---

<sup>1</sup> Como o documento é anterior à mudança na organização do Ensino Fundamental com nove anos pelo MEC, optamos por manter sua estrutura original, mencionando apenas da 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série. O novo Ensino Fundamental atende às crianças a partir dos seis anos, sendo cinco anos a duração dos anos iniciais (primeiro segmento) e de quatro anos a duração dos anos finais (segundo segmento).

buscamos entender, via reflexão sobre a proposta, como os professores devem atuar pedagogicamente para atender as orientações curriculares da nova proposta, ou seja, buscamos entender o que o documento propõe no que se refere à ação pedagógica a ser desenvolvida pelos professores.

Acreditamos que a atuação pedagógica do professor é de suma importância para a concretização das inovações educacionais, por isso a compreensão e reflexão sobre o documento é fundamental para entender os ideais veiculados quanto à prática docente a ser adotada nas escolas públicas paulistas.

### Metodologia

Os passos da pesquisa incluíram uma etapa de revisão bibliográfica cujo critério de seleção estabelecido foi buscar publicações relacionadas a políticas públicas ligadas às Propostas Curriculares, anteriores e vigentes, com ênfase nos documentos relacionados à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Como resultado dessa revisão, citamos as Propostas Curriculares do Estado de São Paulo de 1994, 2008a e 2008b, bem como as pesquisas de Souza (2006) e de Diniz e Pacca (1997).



Dentre os documentos, selecionamos a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, sendo submetido à leitura o documento referente à Química, uma vez que essa é a área de nossa formação acadêmica e se enquadra no nosso campo de investigação.

A leitura e reflexão da proposta curricular buscaram revelar as mensagens, explícitas e implícitas, deste documento no que concerne a sua incorporação/aplicação nas aulas de Química, visando retratar os ideais veiculados pelas novas orientações quanto a ação pedagógica a ser desenvolvida pelos professores.

Acreditamos que o documento revela as intenções que essa inovação pretende alcançar no cenário educacional. Nesse sentido, cremos na importância da leitura e reflexão do documento para compreendermos os ideais da nova proposta curricular, sendo apresentados trechos do documento para contextualizar nossas discussões acerca da prática docente a ser adotada, segundo a nova proposta.

### **Reflexão sobre a Proposta Curricular de Química do Estado de São Paulo**

Na página virtual *São Paulo faz escola*<sup>2</sup>, podemos encontrar vídeos que comentam a Proposta Curricular do Estado de São Paulo. No vídeo intitulado *Fundamentos da Proposta Curricular* há a declaração de que é obrigação do Estado de São Paulo oferecer uma proposta que dite os ritmos e os conteúdos a serem aprendidos pelos alunos ao longo dos anos, bimestres, séries e disciplinas escolares.

Ao buscar essa função, a secretaria elaborou a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008a), que tem, entre uma de suas bases, a construção e distribuição dos *cadernos do professor*, sendo materiais com "...orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação e a recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares" (São Paulo, 2008b, p. 9).

---

<sup>2</sup> Essa página apresenta vídeos explicativos sobre a Proposta Curricular do Estado de São Paulo (2008), contemplando os fundamentos da proposta, o currículo na escola e os cadernos do professor para cada disciplina. O acesso é livre e disponível na internet:  
<[http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-CURSO/sigscFront/default.aspx?SITE\\_ID=25&SECAO\\_ID=716](http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGS-CURSO/sigscFront/default.aspx?SITE_ID=25&SECAO_ID=716)>.

Porém, a Proposta Curricular aqui enfocada, na realidade, representa um *currículo fechado* de Química para o Estado de São Paulo, afastando-se da idéia de proposta ao ser subsidiado por uma espécie de apostila que dita os conteúdos e conceitos, as atividades de pesquisa, de laboratório e os exercícios, pré-demarcando o tempo a ser gasto em cada uma dessas etapas e as formas de avaliação que os alunos devem ser submetidos.

A leitura do *caderno do professor de Química* pode confirmar esse impasse da liberdade docente ao apresentar uma situação de aprendizagem pronta e fechada sobre “combustíveis” para os alunos da 1ª série do Ensino Médio. A seguir reproduzimos um quadro com indicações que balizarão a prática docente para o tema combustíveis, segundo esse material (SÃO PAULO, 2008c, p. 11):

**Tempo previsto:** 4 aulas

**Conteúdos e temas:** uso de diferentes combustíveis; caloria; poder calorífico; reação de combustão.

**Competências e habilidades:** analisar dados referentes às massas e ao calor envolvido na queima de combustíveis, estabelecendo relações de proporcionalidade entre essas duas grandezas.

**Estratégias:** levantamento das idéias dos alunos; exposição dialogada.

**Recursos:** lousa e giz; cópias das questões (opcional).

**Avaliação:** respostas às questões e participação na aula.

Nossa afirmação pode ser consubstanciada por Cafardo ao mencionar que o material indica o número de aulas previstas e as habilidades a serem desenvolvidas. Este material descreve ao professor como preparar e aplicar a aula, o tempo e o modo de conduzi-las. Para ilustrar esse fato, Cafardo (2008) apresenta uma citação de um desses materiais: ‘Anuncie o texto que será lido e o seu título, além de outra informação (tema, autor, gênero) que permita aos alunos criar uma expectativa (...). Anote-as na lousa’. Assim, com essa “proposta” o professor perde total autonomia de sua ação pedagógica, sendo apenas um mero executor desses *pacotes de ensino*.

De acordo com Cafardo (2008), o presidente do sindicato dos professores (Apeoesp)<sup>3</sup>, Carlos Ramiro, menciona que a escola pública paulista começa a mostrar traços característicos dos atuais sistemas de ensino particulares (como o sistema COC<sup>4</sup>, o Objetivo, o Positivo e outros), trabalhando com espécies de apostilas que tiram o direito do professor conduzir sua aula, uma vez que já estão prontas e padronizadas.

<sup>3</sup> A APEOESP é o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. As lutas da Apeoesp e suas conquistas são apresentadas historicamente, desde 1945, no site deste sindicato: <[http://apeoespsub.org.br/historia/historia\\_apeoesp.html](http://apeoespsub.org.br/historia/historia_apeoesp.html)>.

<sup>4</sup> COC é a sigla de abreviatura do “Curso Osvaldo Cruz”, um curso pré-vestibular criado em 1963.

Essa situação com a atual proposta é preocupante, pois a perda da autonomia docente nas escolas que foram orientadas a trabalhar com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo<sup>5</sup> construída na década de 80 refletiu na pouca aceitação desta. Prova disso é a pesquisa de Diniz e Pacca (1997) com seis professoras de Ciências do 1º grau participantes da “Escola Padrão” de Botucatu (SP). Essa pesquisa demonstrou que a obrigatoriedade de trabalho com a proposta, a organização dos conteúdos (tratamento superficial em alguns momentos; ausência de conteúdos trabalhados anteriormente), a pouca compreensão dos princípios desse documento e o despreparo dos professores foram as razões para o entrave dessa proposta dos anos 80 e 90.

As dificuldades dos professores trabalharem com orientações externas também são presenciadas na pesquisa de Souza (2006). Os planos de ensino de oito docentes de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental de Araraquara revelaram a presença das orientações pedagógicas das Propostas Curriculares para o ensino de 1º grau<sup>5</sup>. Contudo, essas orientações permanecem no papel, ou seja, não foram incorporadas na ação docente.

---

<sup>5</sup> SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o ensino de ciências e programas de saúde**, 1º grau. 3. ed. São Paulo, SE/CENP, 1988.

Essa constatação também pode ser verificada na pesquisa de Maldaner (2000) com docentes de Química de uma Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus, atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio, de Campinas (SP). Nessa pesquisa, o autor relatou que os seis docentes investigados se basearam na Proposta Curricular para o Ensino de Química do Segundo Grau (1994) para construir seus planos de ensino. Porém, o acompanhamento desses docentes revelou a distância entre os planos de ensino escritos e suas ações pedagógicas desenvolvidas. De acordo com Maldaner (2000), essa distância é resultado, normalmente, da falta de oportunidade dos docentes discutirem e fazerem a produção de aulas de Química na formação inicial. Frente a esse contexto formativo, o professor tende a reproduzir o mesmo estilo de aula tradicional com o qual esteve envolvido nos Ensinos Fundamental, Médio e universitário.

Nesse sentido, acreditamos que as inovações no âmbito escolar devem ser planejadas por várias discussões e reflexões para se tornarem viáveis à aceitação dos professores. Para tanto, essas reformas devem considerar o professor como detentor do saber, sendo responsável pela interpretação, reestruturação e aplicação das novas propostas curriculares, de acordo com a sua realidade escolar.

Com outros ideais, que consideramos mais interessantes, as Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) apresentam algumas opções de conteúdos e possibilidades metodológicas para o professor trabalhar em

sala de aula. Essa proposta torna-se interessante ao reconhecer *o papel central e insubstituível* dos professores na condução e no aperfeiçoamento da educação básica. O documento ainda adverte: “O conjunto desses novos conteúdos não constituirá uma lista única de tópicos que possa ser tomada por um currículo mínimo, porque é simplesmente uma proposta, nem obrigatória nem única, de uma visão ampla do trabalho em cada disciplina.” (BRASIL, 2002, p. 13).

Outra questão interessante do documento a ser discutida é sobre o desenvolvimento pessoal, apresentado como parte de um processo que envolve o aperfeiçoamento das capacidades de agir, pensar e atuar sobre o mundo. O documento ainda completa: “A educação precisa estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas.” (SÃO PAULO, 2008b, p. 11).

Mas, essas questões parecem contraditórias, pois o que dizer do desenvolvimento pessoal/profissional dos professores? Do aprimoramento das suas capacidades de agir, pensar e atuar na sala de aula? Será que a sua identidade, autonomia e liberdade estão sendo considerados como elementos primários nesse processo de inovação? Será que o professor é ouvido? Será que suas experiências são valorizadas na construção das inovações? Ele participa do processo? Ele tem liberdade de escolha para selecionar o material que acredita ser adequado? Possui autonomia para definir os temas e conceitos que devem ser abordados?

Para finalizar essa reflexão sobre a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, ainda restam algumas perguntas: Como os professores paulistas vêem a nova proposta curricular? A prática pedagógica destes docentes tem considerado as novas orientações curriculares? Existem manifestações críticas e/ou de apoio à nova proposta curricular?

Essas são questões que não foram objeto desse estudo. Nesse sentido, novas pesquisas devem ser realizadas para explorar os reflexos proporcionados pela nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo, de modo a esclarecer os alcances e limites dessa inovação.

### Conclusões

A construção de propostas curriculares é uma ação que acreditamos ser necessária, uma vez que viabiliza a reestruturação do cenário educacional para a melhoria da qualidade da educação. Contudo, essas inovações devem ser precedidas de incessantes reflexões e adaptações, levando em consideração os diferentes agentes envolvidos nesse processo, como o professor, por exemplo.

Se não, como alerta Maldaner (2000), a comunidade escolar perderá a possibilidade de organizar o programa de ensino que acredita ser o mais conveniente para sua realidade.

“Interrogar-se sobre um programa de química, refletir sobre a construção ou a reconstrução do conhecimento químico junto aos adolescentes e aos jovens, discutir a natureza do conhecimento científico e seu significado na sociedade atual são atribuições também dos professores de química que, ao não assumi-las, diminuem a sua autonomia (...)” (MALDANER, 2000, p. 205).

Nesse caminhar, apontamos a necessidade de revisão das ações do Estado de São Paulo para melhorar a formação inicial e continuada dos professores. O próprio documento destaca a relevância do professor investir “em sua própria formação, específica e pedagógica, para participar de grupos de estudos e pesquisas educacionais, de cursos de atualização ou de especialização, bem como de eventos educacionais.” (SÃO PAULO, 2008b, p. 45)

Nesse cenário, a atualização promoveria competências a esses docentes, como a de “buscar orientações ou subsídios que auxiliem na escolha de materiais e metodologias alternativos, projetos coletivos, que atendam a interesses individuais, ações de alcance comunitário ou social.” (BRASIL, 2002, p. 143). Assim, os professores apresentariam melhores condições para reestruturar seus programas de ensino a partir de mudanças e adaptações dos conteúdos, dos recursos didáticos e das abordagens usadas no processo de ensino-

aprendizagem ao invés de simplesmente assumirem uma apostila pronta e fechada.

Porém, muito pouco se fez/faz para a concretização dessas ações, que consideramos fundamentais para (re)estabelecer a autonomia do professor e favorecer a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, possibilitaríamos um melhor suporte para o professor selecionar o que, como, quando e quanto tempo trabalhará com determinados conteúdos e conceitos químicos, levando em consideração aspectos condizentes à realidade da escola em que atua.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: Orientações complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

CAFARDO, Renata. São Paulo começa a usar apostila única para orientar professores. In: **Jornal O Estado de São Paulo**, 18 de fevereiro de 2008.





CAMPOS, J. T. **A formação de professores paulistas no período do tecnicismo.** Revista Ciências Humanas, v. 10, n. 1, p. 9-15, jan./jun. 2004.

DINIZ, Renato Eugênio da Silva; PACCA, Jesuína Lopes de Almeida. Alguns Fatores da Resistência à Aplicação da Proposta Curricular para o Ensino de Ciências do 1º grau. **Atas do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Águas de Lindóia (SP), 1997, p. 459-468.

MALDANER, Otávio A. **A formação inicial e continuada de professores de Química.** Ijuí: Unijuí, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretária da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta Curricular para o ensino de Química:** 2º grau. 3. ed. São Paulo: SE/CENP, 1994.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Proposta curricular do Estado de São Paulo** / Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008a.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Proposta curricular do Estado de São Paulo: Química** / Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008b.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Caderno do professor: química**, ensino médio - 1ª série, 2º bimestre. São Paulo: SEE, 2008c.

SOUZA, Rosa Fátima. **Política Curricular no Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006, p. 203-221.

### Sobre o autor

Leandro Henrique Wesolowski Tavares é licenciado em Química pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atualmente, está concluindo o Mestrado em Educação para a Ciência na Universidade Estadual Paulista em Bauru (SP).



## Teacher's autonomy and the new Chemistry curriculum proposal in São Paulo

### Abstract

In 2008 we witnessed the creation of the new Chemistry curriculum in São Paulo State, a proposal for Fundamental and Middle schools . We aim to understand, through an analysis of the proposal, aspects suggested in relation to the pedagogical actions to be carried out by teachers. This paper was guided by a literature review, reading and reflections about the São Paulo State Chemistry curriculum proposal. The document subsidizes the role of the teacher as the structuring agent of his/her own pedagogical practice, as the teacher has to work with official structured teaching materials, which difficultates him(her) to choose and organize the scientific concepts he(she) thinks essential to their students.

**Keywords:** curriculum proposal; chemistry education, teacher's autonomy